



# Anais da Assembléia

N.º 161

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 1.979

ANO V

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DO**  
**PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**  
**REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 1.979**  
**QUINTA-FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados David Cheriegate e Adalberto Daros.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**MENSAGENS:**

MENSAGEM N.º 176/79

Curitiba, 30 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao “caput” e incisos I e II do art. 8.º, da Lei n.º 6364, de 29 de dezembro de 1.972, alterados pela Lei n.º 6859, de 28 de dezembro de 1.976.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 645/79-GAB, datado de 29 do corrente mês, do Senhor Secretário de Estado das Finanças apresenta o necessário detalhamento quanto ao caráter de urgência, oportunidade e interesse público de que é revestida a medida legal ora submetida à deliberação dessa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º. O “caput” e os incisos I e II do art. 8.º, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, com a redação dada pelo art. 1.º, da Lei n.º 6.859, de 23 de dezembro de 1.976,

passam a vigor com a seguinte redação:

“art. 8.º — São as seguintes as alíquotas do ICM:

I. para as operações internas e interestaduais: -

a) 15% (quinze por cento) em 1.980;

b) 15,5% (quinze inteiros e cinco décimos por cento) em 1.981;

c) 16% (dezesesseis por cento) em 1.982 e exercícios subseqüentes.

II. para as operações de exportação, 13% (treze por cento)”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

—Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 177/79

Curitiba, 30 de novembro de 1.979.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos termos aditivos datados de 22 de outubro de 1.979, aos Convênios n.ºs 122/79-SEPL, 126/79-SEPL, 128/79-SEPL, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e, respectivamente, os Municípios de ARAUCÁRIA, COLOMBO, PIRAQUARA e QUATRO BARRAS, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certos de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estdo.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 178/79

Curitiba, 30 de novembro de 1.979.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Renovação datado de 13 de novembro de 1.979, ao Convênio n.º 163/78 - SEPL, celebrado em 10 de novembro de 1.978, entre o Estado do Paraná e o Município de GUARACI, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, visando melhorias no setor de Habitação e Urbanismo do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 179/79

Curitiba, 30 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Convênio n.º 24/78 e do Termo Aditivo n.º 1 celebrados, respectivamente, em 08 de novembro de 1978 e 24 de outubro de 1979, entre o Governo do Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL —, com a interveniência da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, objetivando proporcionar a realização de estudo Sub-Regional do Oeste do Paraná, na área de influência da Usina Hidrelétrica de Itaipú, atendendo ao que prevê o PRODOPAR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo

## REQUERIMENTOS:

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que as matérias arroladas através da Mensagem Governamental n.º 180/79, que convoca este Poder Legislativo para o período extraordinário de 06 a 30 do corrente mês, tramitem em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do General HUGO ABREU, ocorrido em data de ontem, na Cidade do Rio de Janeiro.

Ex-Chefe da Casa Militar, no Governo Geisel, teve o General HUGO ABREU uma brilhante vida militar, ocupando altos cargos de comando, nas Forças Armadas, até quando, por discordar com a política sucessória do ex-Presidente Geisel, exonerou-se da Chefia da Casa Militar.

Em maio de 1978, teve seu nome cogitado para disputar a Presidência da República pelo MDB, mas preferiu apoiar o General Euler Bentes Monteiro.

Por duas vezes, foi punido por denunciar corrupção no governo.

Em março de 1979, com a posse do Presidente Figueiredo, o General HUGO ABREU foi transferido para a reserva compulsoriamente, mas nem por isso teve o Ilustre General diminuído seu espírito de nacionalista. E, em abril do corrente ano, lançou o livro "O outro lado do poder", confirmando as várias denúncias que fizera de corrupção praticada por autoridades, sendo novamente punido.

O País inteiro está de luto, pois a Nação perdeu um dos mais ferrenhos defensores da democracia e dos interesses nacionais e do povo brasileiro.

Outrossim, requer ainda, se dê ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio do voto de pesar pelo falecimento da Senhora ELISA BERTA WINTER ZIMMERMANN, ocorrido no dia 2º de novembro passado, em nossa Capital.

Requer, outrossim, que se dê ciência à família enlutada, através do endereço à Rua Cel. João Guilherme Guimarães n.º 1.839, Bairro do Bom Retiro.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1979.

a) JURANDIR MESSIAS

## JUSTIFICATIVA:

Dona ELISA BERTA WINTER ZIMMERMANN, membro das mais tradicionais famílias de Curitiba, merecedora do mais profundo respeito por parte daqueles que a conheciam, era genitora do Dr. Carlos João Zimmermann, funcionário do Departamento de Estradas de Rodagem, nosso particular amigo, deixa com seu desaparecimento uma grande lacuna entre seus familiares e amigos, que dificilmente será preenchida.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulação ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ DE ANDRADE FARIA NETO, digníssimo Juiz Eleitoral da Comarca de São João do Ivaí, pela firmeza e retidão com que conduziu os trabalhos para a realização de plebiscito realizado dia 25 de novembro de 1979, no Distrito de Lunardeli, na referida comarca, tendo ocorrido na mais perfeita ordem os trabalhos ali realizados.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado e ao Dr. José de Andrade Faria Neto, Juiz Eleitoral da Comarca de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1979.

a) GILBERTO CARVALHO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, no sentido de que seja estudada a possibilidade da elevação da Comarca de Clevelândia, de inicial para intermediária, à vista do intenso movimento forense daquela Comarca, a par de possibilitar a permanência constante de autoridade judicial em Clevelândia, o que possibilitará, também, uma melhor e mais ágil distribuição da Justiça nos Municípios de Clevelândia e Mariópolis.

Requer-se, outrossim, que do presente se dê conhecimento às seguintes autoridades: MM. Juiz da Comarca de Clevelândia; Promotor de Justiça de Clevelândia; serventuários e oficiais de Justiça da Comarca, bem como à Câmara Municipal de Clevelândia e ao Presidente do Diretório da ARENA no Município, Sr. Constantino de Mello Pacheco.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1979.

a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Dr. Renato Antônio Johnsson,

Secretário do Interior e ao Engenheiro Gilberto Geraldo Garbi, Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um terminal telefônico PS, no Distrito de GUAIPORÃ, Município de Ibiporã - PR.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1979.

a) VALDUGA

#### JUSTIFICATIVA:

A solicitação prende-se a veemente apelo da população local, que através de abaixo-assinado em nosso poder, expõe as dificuldades encontradas com a falta de comunicação, principalmente nas situações de emergência, visto que Guaiporã, por sua própria condição, dispõe de poucos recursos médico-assistenciais e de segurança, o que os obriga a um deslocamento a cidades mais próximas.

Sendo também Guaiporã um distrito eminentemente agrícola, a medida muito virá contribuir para o seu desenvolvimento sócio-econômico.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Coordenador Regional do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, solicitando informações sobre o aumento do Imposto sobre a Propriedade Territorial.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1979.

a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

É assustador o aumento verificado no ISPTR do exercício de 1978 para o atual. Existem casos, na região oeste do Estado, onde o aumento foi superior a 3.000%. Os proprietários rurais, diretamente interessados, estão a exigir uma explicação para o aviltante aumento.

São inúmeros os pequenos proprietários rurais que não possuem condições para saldar tal obrigação. Estranhamente alguns contribuintes, ao reclamar do aumento, receberam novas guias de pagamento com valor que não chega a 50% do anterior, o que prova erro ou má-fé na confecção das mesmas.

O anexo 1, comprova um aumento de aproximadamente 900%, já o anexo 2, mostra um caso de guia de pagamento reclamada, onde, primeiramente o contribuinte teria que pagar Cr\$ 6.182,00 e em seguida, após reclamar, recebeu outra guia com o valor a pagar de Cr\$ 3.379,00.

É importantíssimo, portanto, que o INCRA esclareça, o mais rápido possível, tais atos, pois é inadmissível que os contribuintes paguem o que não devam.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NIVALDO ALMEIDA NETO, Digníssimo Secretário dos Transportes e EULER MERLIN, Digníssimo Diretor Geral do D.E.R., solicitando-lhes seja colocada uma camada de cascalho na estrada Campo Bonito-Sertãozinho-Braganey-BR-277.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1979.

a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A estrada em tela, nos trechos que ligam Campo Bonito à Sertãozinho, no Município de Guaraniaçu (aproximadamente 12 quilômetros), Sertãozinho à Braganey, no Município de Corbélia (aproximadamente 15 quilômetros) e Braganey até a BR-277, no Município de Cascavel (aproximadamente 35 quilômetros), necessitam urgentemente de maiores cuidados, devido às fortes chuvas que assolaram aquela região.

Entre as providências mais prementes está a colocação

de uma camada de cascalho sobre o leito da rodovia, o qual já está cedendo, dado o grande tráfego de veículos que se servem daquela estrada.

Essa atitude está sendo exigida pelas populações locais e se constitui na mais lúdima reivindicação de um povo, que há muito tempo vem aguardando um prometido asfalto, que até agora não apareceu para oferecer-lhes uma opção mais prática e segura de fazer circular suas riquezas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Senhor Secretário do Interior, Sr. RENATO ANTÔNIO JOHNSON e ao Presidente da TELEPAR, Sr. GILBERTO GERALDO GARBI, no sentido da instalação de um monocal telefônico no Distrito de Nossa Senhora da Penha, em Corbélia.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1979.

a) DAVID CHERIEGATE

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 204/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CONGREGAÇÃO DE IRMÃS DA PEQUENA MISSÃO PARA DEFICIENTES DA AUDIO-COMUNICAÇÃO, também identificada por "Pequena Missão", com sede na cidade de Londrina - Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1979.

a) VALDUGA

#### JUSTIFICATIVA:

A CONGREGAÇÃO DE IRMÃS DA PEQUENA MISSÃO PARA DEFICIENTES DA AUDIO-COMUNICAÇÃO, também identificada por "Pequena Missão", com sede e foro na cidade de Londrina - Paraná, constitui uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos e tem como finalidade promover o ensino e a pesquisa na área do deficiente da audio-comunicação, atendendo e amparando as crianças deficientes auditivas no seu mais alto grau de valorização intelectual, moral-físico e religioso, colaborando com as administrações competentes do País e com as entidades que desenvolvam atividades nesse sentido.

Os serviços prestados pela Congregação citada, é efetuado independentemente de credo religioso, raça, idade e situação sócio-econômica.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende as determinações previstas em Lei. A "Pequena Missão" pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo em favor da comunidade paranaense, justifica por si a presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado José Domingos, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Venho à tribuna neste momento para dar o meu testemunho, não tanto como político, mas, principalmente, como jornalista com atuação voltada para a crônica policial. Dou o meu testemunho do grave momento porque passa a sociedade brasileira, especificamente, a comunidade curitibana, parcela da qual represento neste Poder Legislativo e que tem vivido nas últimas semanas episódios cada vez mais tristes e lamentáveis.

Situo-me, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dentro da problemática da Segurança Pública, cujos caminhos estão sen-

do trilhados, cada vez mais pela marginalidade que vem oprimindo e atemorizando todos os setores da nossa comunidade. Cada vez mais diante da falta de medidas repressivas e preventivas por parte das autoridades da segurança pública.

São conhecidas as deficiências das nossas polícias Civil e Militar, principalmente no que diz respeito ao efetivo de homens especializados na prevenção de crimes. Por outro lado, seria utopia dizer-se que uma polícia dotada de todos os recursos humanos e materiais resolveria o problema da segurança pública, porque este setor depende muito, mas muito mesmo do comportamento da economia, do setor econômico de uma nação.

É preciso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que se combata as causas. Cessada a causa, cessa o efeito. Esta é a regra matemática. É a perfeição de uma norma que, se cumprida, certamente, estaríamos perto da perfeição. Mas, perfeito é tão e tão somente o Criador do universo, a quem devemos invocar nestas horas difíceis, ao mesmo tempo em que voltamos a reivindicar das autoridades governamentais, principalmente as ligadas ao setor da economia nacional que alguma coisa se faça no sentido de minorar o sofrimento do povo brasileiro, que já não suporta mais o peso da inflação, do custo de vida que, neste ano, já atingiu níveis quase que insuportáveis. A pobreza, a miséria absoluta estão rondando um número cada vez maior de famílias, porque um número cada vez maior de trabalhadores se vêem cada vez mais encurralados num beco sem saída.

O absurdo dos preços estão aí e, meridianamente, podemos aplicar, neste aspecto, aquela máxima tão popular: quem pode mais chora menos. Já se falou neste País, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o chuchu é o grande responsável pelo alto custo de vida. Isso, não está longe de ser verdade, porque, chegou-nos — e cito apenas como exemplo — ao nosso conhecimento um fato que comprova muito bem a exploração que grassa por aí, sem que a fiscalização da SUNAB faça qualquer coisa: numa das feiras livres de nossa Capital, um dos feirantes admitiu ter, na venda do pêssego, lucros acima de cem por cento. Admitiu sem o saber que estava fazendo. Como também admitiu que o lucro na venda das ameixas é superior a 150 por cento. São dois produtos que vêm sendo produzidos em escala cada vez maior na própria região metropolitana de Curitiba.

São pequenos detalhes como estes, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que tornam a vida do brasileiro cada vez mais difícil. Culpa-se o automóvel e culpa-se o chuchu, quando, na realidade a falta de uma política mais enérgica, no setor econômico, é a grande responsável pela situação. Já reivindicamos isso e o voltamos a fazê-lo agora. Com mais ênfase. Isso terá que ser feito, a menos que queiramos o retorno da barbárie, onde a sociedade terá que suportar, cada vez mais, a ação da marginalidade. Sem uma atuação mais enérgica do Governo no setor da economia nacional, pouco adiantaria se equipar e reequipar, com recursos humanos ou materiais a nossa segurança pública. O que se deve, repito, é combater as causas. Não os efeitos."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella, inscrito.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Assomo à tribuna dessa Casa, nesta data, para reverenciar mais uma figura ímpar que honrou o cenário político nacional. Trata-se do ex-Presidente JOÃO BELCHIOR GOULART — JANGO — para os amigos.

Nascido em 1.º de março de 1918, na mesma terra em que nasceu GETÚLIO VARGAS, São Borja, Rio Grande do Sul, fronteira do Brasil com a Argentina.

JOÃO GOULART, o mais velho de uma família de sete irmãos, aos 23 anos se encarregou dos negócios do pai, um rico

estancieiro cuja fortuna aumentou percorrendo o Rio Grande do Sul à pata de cavalo, nas lides de tropeiro, para comprar e vender gado.

Grande pecuarista, sentiu de imediato o grave impedimento na comercialização do gado, cujo comércio era dominado por frigoríficos pertencentes a grupos multinacionais. Sentindo o grande problema da classe pecuarista, iniciou o movimento com o sentido de dar proteção aos criadores de gado e preservar os interesses brasileiros na comercialização do produto.

Pela forma de atuação, desde logo, GOULART foi granjeando simpatia, pois tratava dos problemas afetos à classe pecuarista com respeito e sem demagogia, desenvolvendo uma política nacionalista e voltada inteiramente na defesa das classes trabalhadoras e em defesa do Brasil.

A seriedade no trato dos problemas afetos aos pecuaristas, lhe valeu a confiança do povo e uma projeção no cenário político do País, ocupando sucessivamente os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Secretário do Interior e Justiça, Ministro do Trabalho, Vice-Presidente da República, duas vezes, Presidente do Senado e Presidente da República.

Vice-Presidente no governo de KUBITSCHKE, sobretudo por meio do PTB, deu suporte a seu governo, assegurando tranquilidade ao regime, até 1960, quando as tensões do desenvolvimento aguçavam as lutas sociais.

Reeleito Vice-Presidente no Governo de QUADROS, que foi sustentado pela oligarquia financeira e pelas mesmas forças que derrubaram VARGAS em 1954 que tinha sido eleito com um respaldo de seis milhões de votos.

Com a renúncia de QUADROS, ao contrário do que seus adversários difundiam, GOULART, não estava despreparado para dirigir o País. Chegando ao Brasil, após dez dias de crise, em 7 de setembro de 1961, tinha mais condições para exercer o cargo de Presidente do que Jânio Quadros. Levava um programa de governo e das reformas de base e larga experiência na política federal, o que lhe dava uma visão mais ampla, menos provinciana dos problemas brasileiros.

GOULART, no entanto, recebeu do Congresso um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação do Brasil mais exigia um governo forte. A renúncia de Quadros expressava essa necessidade. Ele julgara a Constituição estreita, inadequada, e tentou traumatizar a Nação com aqueles gestos, a fim de compelir o Congresso a ampliar os poderes do Presidente da República. Falhou. E o resultado foi que a maioria conservadora no Congresso, aproveitou a oportunidade para dar o golpe e reduzi-los, com a emenda parlamentarista, cujo hibridismo sacramentava o impasse constitucional. Nem GOULART nem o Conselho de Ministros, aprovado pelo Congresso tiveram forças para enfrentar a situação que a espiral inflacionária determinava.

O Deputado Trancredo Neves, incumbido de compor o primeiro Gabinete Parlamentar da República, encontrou o País como ele próprio dizia "numa situação já bastante difícil" com uma reforma cambial drástica iniciada, cuja implementação impunham medidas ainda mais drásticas. Quadros não teve coragem ou condições para tomar". Sem dúvida, a Instrução 204, da SUMOC, deflagrando a reforma cambial, privou o Poder Público de recursos — o saldo dos ágios — tão ou mais importantes para seu esquema financeiro que o Imposto de Renda. Da posse de Quadros, em janeiro de 1961, até quando Goulart assumiu a Presidência da República, o governo emitiu cerca de Cr\$ 87 bilhões de cruzeiros, dos quais Cr\$ 58 bilhões em apenas duas semanas durante a sedição dos três Ministros Militares.

Grupos financeiros, externos e internos, procuraram criar, com a elevação desenfreada do custo de vida e a especulação no mercado cambial, uma situação insustentável, que justificasse perante o povo, a implantação de uma ditadura de direita.

A questão agrária, com seu potencial revolucionário entrava em pauta ainda no tempo de Kubitschek, ao se organizarem,

em Pernambuco as Ligas Camponesas. Desde então, as sões de terras se sucederam e se alastraram pelos Estados do Maranhão, Paraíba, Goiás, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e daí para todo o Brasil, como consequência ainda a expansão capitalista que desintegrava a economia rural, acentuando o desemprego e a fome nos campos. Era necessário a reforma da propriedade agrícola, conforme GOULART já em 1958 preconizava, inclusive para possibilitar a ampliação do mercado interno. Mas a burguesia brasileira, subordinada às finanças internacionais e ligadas umbilicalmente ao latifúndio, relutava em promover ou mesmo rechaçava qualquer mudança na estrutura agrária, embora a estrutura dos trabalhadores se deteriorasse cada vez mais. Dois meses após a investidura de GOULART, de 15 a 17 de novembro de 1961, um Congresso Camponês reuniu em Belo Horizonte cerca de 1.600 delegados, com faixas e cartazes que diziam: "REFORMA AGRÁRIA JÁ, REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA".

O regime parlamentarista não oferecia ao Presidente da República a necessária força para implantar as reformas de base que se fazia necessário, quando, então, começou a campanha através de PLEBISCITO, para que o País retornasse ao regime Presidencialista.

O povo brasileiro não seguiu o conselho da "Record American" — o que era bom para os Estados Unidos naturalmente não seria bom para o Brasil. E cerca de 9 milhões de eleitores em 10 milhões, ratificaram o mandato de GOULART, dizendo "sim" ao presidencialismo e ao programa de reformas de base, que se vinculava à sua restauração. GOULART considerou aquele resultado como outra eleição, sua verdadeira eleição para Presidente da República. A mais expressiva de toda a história do País, maior do que a de Quadros, até então recorde, com seis milhões de votos.

GOULART, na sua administração encontrou as mais diversas dificuldades, tanto de ordem social como econômica. O País estava novamente em situação lastimável, apresentando um quadro econômico dos mais tenebrosos e uma aspiral inflacionária que já chegara ao limite de estrangulamento.

De acordo com as cifras oficiais US\$ 1.814 — um bilhão e oitocentos e quatorze milhões de dólares em empréstimos e investimentos, entraram no Brasil entre 1947 a 1960, e saíram no mesmo período, US\$ 2.459 — dois bilhões quatrocentos e cinquenta e nove milhões de dólares, sob a forma de remessa de lucros e juros, deixando um saldo negativo da ordem de US\$ 645 milhões de dólares, que em realidade era muito maior, pois sob a rubrica de "serviços", ainda se evadiram mais US\$ 1.022 — um bilhão e vinte e dois milhões de dólares, como remessa clandestina de lucros. Com a aprovação da nova lei de remessa de lucros, em fins de 1961, não só as empresas estrangeiras intensificaram a transferência de recursos para suas matrizes, reduzindo, por conseguinte, a taxa de reinvestimento em mais de 50%, como também uma Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, comprovaria os investimentos diretos daquele País no Brasil entre 1961 e 1962, somando US\$ 22 milhões de dólares enquanto as transferências de lucros de suas empresas montaram a mais de US\$ 59 milhões de dólares, dando-lhes um saldo positivo de US\$ 38 milhões de dólares em apenas dois anos.

O Governo de GOULART não se limitou apenas a reagir em defesa da economia nacional, como no caso das importações de petróleo e de matérias-primas pela indústria farmacêutica, buscando contornar, mesmo em oposição aos Estados Unidos, o "déficit" da balança de pagamentos. Ele adiantou uma série de importantes medidas, ofuscadas na época, pelas questões políticas e posteriormente, pelos seus adversários. A diplomacia de GOULART não se resumiu a condenar as ofensas à soberania nacional e ao direito de auto-determinação. Identificada com o Terceiro Mundo, ela visou a criar condições para que o Brasil expandisse e diversificasse seu mercado exterior, dentro

desse princípio, o governo GOULART estabeleceu relações comerciais com a República Popular da China e se voltou para os países da África e da América Latina, ampliando tanto quanto possível o intercâmbio comercial.

Sua política interna se definiu pela preocupação social. GOULART convocou a III Conferência Nacional da Saúde para debater o Plano Nacional de Saúde, proposto pelo Ministro Wilson Fadul, e indicou a solução como consequência do desenvolvimento econômico e da melhor distribuição de renda.

Na área do Ministério do Trabalho, o governo de GOULART determinou a venda, com financiamento a longo prazo, dos conjuntos habitacionais construídos pelos Institutos de Previdência, em todo o Brasil, beneficiando cerca de 100.000 famílias. Iniciou a execução do projeto de instalação de hospitais regionais da previdência social e instituiu a aposentadoria especial em função da natureza do serviço. Também incentivou a formação de sindicatos rurais, cujo número saltou de 300, em julho de 1963, para cerca de 1.500 em março de 1964.

Apesar de todas as vicissitudes que conturbaram a sua administração, GOULART realizou ainda inúmeras obras e assentou as bases de significativos empreendimentos, muitos dos quais frutificaram ulteriormente após a revolução de 1964. Regulamentou o Código Brasileiro de Telecomunicações, nacionalizando os serviços de telefonia, telegrafia, radiodifusão, alargando a rede de telex, criando o Conselho Nacional de Telecomunicações, que passou com a ampliação da rede de telex a cobrir além do Rio de Janeiro e Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, por meio de convênios com empresas internacionais a 72 países.

Em seu governo foi criada a ELETROBRÁS e reformulada a legislação sobre Fundo de Eletrificação que ampliou de forma extraordinária os recursos da empresa, e, em menos de um ano e meio de efetivo funcionamento, a ELETROBRÁS investiu cerca de Cr\$ 24 bilhões de cruzeiros, assegurando a capacidade nacional na geração de energia elétrica. Com o mesmo objetivo, ele decidiu ainda promover o aproveitamento de Sete Quedas, no Rio Paraná, determinando a elaboração de estudos para a construção de gigantesca usina, com capacidade instalada de 10 milhões de Kw, cerca de 150% de todo o potencial então existente no Brasil. E para tornar possível a concretização do projeto, para o qual se elegeria a localidade de Itaipu, o Itamarati, já àquela época iniciou os entendimentos com o Governo do Paraguai.

Durante sua administração, GOULART incentivou a Companhia Vale do Rio Doce a construir o porto de Tubarão. No curso de seu governo ele inaugurou três grandes usinas — USIMINAS, COSIPA e FERRO E AÇO DE VITÓRIA — e autorizou a PETROBRÁS a desenvolver atividades no setor de distribuição a granel de derivados de petróleo, concedendo-lhe finalmente monopólio para o fornecimento aos órgãos do governo, até então a cargo dos trustes internacionais.

As atenções do governo de GOULART, se voltaram, igualmente à indústria de bens de capital, cujo desenvolvimento a Instrução 113 prejudicava, possibilitando a importação maciça de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial. Essa política vigente desde a gestão de Café Filho, e mantida na de Kubitschek, mudou através da Instrução 242, da SUMOC. O governo GOULART proibiu, terminantemente, o registro de financiamento estrangeiro para a importação de máquinas e equipamentos que a indústria nacional pudesse fabricar.

GOULART procurou desse modo, recuperar o projeto de VARGAS, retomar-lhe o caminho, reorientando o processo de industrialização, distorcido pela Instrução 113, para os setores de base para a produção de bens de capital com o objetivo de viabilizar um desenvolvimento mais equilibrado e autô-

nomo do capital brasileiro. E suas medidas de sentido nacionalista contrariaram os interesses de poderosos cartéis internacionais, particularmente dos capitais norte-americanos.

Vinha GOULART desenvolvendo um trabalho dos mais promissores em defesa dos interesses nacionais, dando apoio às iniciativas privadas fundamentando em projetos que atendia às normas de expansão, ampliando o crescimento da indústria nacional de forma democrática e num clima de harmonia, adotando uma política expansionista, sem contudo criar instabilidade econômica e financeira do País.

Mas, logo, os trustes estrangeiros começaram a sentir que seus interesses estavam sendo ameaçados, pois o Brasil estava num processo de industrialização em franco crescimento e tirando das multinacionais a perspectiva de continuarem a dominar o comércio brasileiro, notadamente nos setores industriais com a fabricação de bens de consumo duráveis, ou seja, máquinas para as indústrias e equipamentos para as atividades agrícolas.

A partir de então começaram novamente, como ocorreu no governo de GETÚLIO VARGAS, as tramas para criar no País um clima de insegurança e descontentamento do povo, forçando por meio de expedientes obscuros com a participação de grupos brasileiros enganados aos interesses norte-americanos fomentando com propaganda contra o governo de GOULART a formação de greves generalizadas no País, provocando a elevação dos índices de inflação a uma espiral quase insustentável.

O governo norte-americano através de seus órgãos de representações diplomáticas no Brasil chefiados pelo Embaixador Lincol Gordon e com a participação direta e objetiva da CIA iniciou, certamente, forçado por grupos multinacionais daquele país, aqui instalados e com seus interesses ameaçados, um clima de traição, começando por corroer as bases governamentais, numa atividade espúria, tendo lastimavelmente a participação de brasileiro anti-nacionalistas que certamente com os olhos ofuscados pelo brilho do dólar norte-americano tramavam contra a política desenvolvimentista adotada por GOULART, bem como tramavam contra o regime de democracia plena que sempre nortearam o governo de JANGO.

A pressão norte-americana ao governo de GOULART, se tornava a cada dia mais violenta, a partir do assassinato de KENNEDY. E o Deputado Sérgio Guimarães, observou que o crime de Dallas possivelmente ainda não resolvera a contradição entre as correntes reacionárias dos Estados Unidos, a exaltada e a moderada, e que a luta prosseguiria, talvez durante algum tempo. Advertiu então o povo brasileiro para que ficasse numa atitude de expectativa e, antevendo a ameaça de uma ofensiva sem precedentes contra a soberania dos países latino-americanos, previu que a primeira consequência da nova política norte-americana seria o golpe nas nossas instituições para facilitar os acordos anti-nacionais e calar a voz dos nacionalistas.

Assim enquanto o Departamento de Estado se empenhava na secessão do Brasil e na desestabilização do governo de GOULART, a conspiração, estimulada pelo aguçamento das contradições internas, evoluiu da defensiva, como alguns dos seus líderes a apresentavam, para a ofensiva, isto é, para o desencadeamento não de simples golpe de estado, mas de uma guerra civil. Os artífices do movimento esperavam a resistência de GOULART, contavam com a possibilidade de instalação de um governo de esquerda no Nordeste, com a erupção de focos de guerrilha no Centro-Sul do País.

O governo de GOULART só poderia contar com os trabalhadores urbanos e rurais, segmentos das classes médias e setores frágeis e descontentes com a burguesia nacional, que resignavam contra o capital estrangeiro. Com efeito dentro das circunstâncias criadas, GOULART optara pelo caminho de permanecer fiel às suas origens políticas e coerentes com seus

objetivos, empenhado em levar a efeito a campanha pela reforma agrária. Estendeu aos trabalhadores do campo os benefícios da Previdência Social, assistência médica, auxílio-doença e aposentadoria tanto por invalidez como por idade. Assinou Decreto obrigando as empresas com mais de 100 empregados a proporcionar-lhes ensino gratuito e enviou ao Congresso Mensagem que concedia ao funcionalismo público o 13.º salário e instituiu a escala-móvel para o reajuste de seus vencimentos, direitos já aprovados para os operários.

Outras medidas que tomou, feriram fundamentalmente os interesses do capital estrangeiro e em particular o imperialismo norte-americano. Iniciou processo com o objetivo de promover a nulidade ou a caducidade das autorizações para pesquisa e lavra de minérios em todo o País. Cassou a cessão da Companhia de Mineração Curral Del Rey, subsidiária da Hanna Co.. Tabela os óleos lubrificantes vendidos pela Esso, Shell, Texaco etc.. Quebrou o domínio da Gas Ocean sobre o mercado brasileiro e outorgou à PETROBRÁS o monopólio das importações de petróleo, através dos quais até então, as refinarias particulares aliadas aos trustes estrangeiros, transferiam recursos do País para o exterior fraudulentamente pagando por um tipo de óleo mais caro, quando na verdade recebiam outro de qualidade inferior.

Essas medidas contrariaram frontalmente os interesses norte-americanos e os nacionalistas já exigiam, como complementação do governo que estabelecesse o monopólio estatal do câmbio e das exportações de café. A mais importante medida de GOULART, que afetava as raízes do imperialismo norte-americano no Brasil, consistiu, porém, na assinatura do Decreto regulamentando a lei sobre as remessas de lucros para o exterior. O Embaixador Americano tentou evitar, com pertinácia, que ela se concretizasse e fez tanto pessoalmente, quanto através de amigos com acesso à intimidade presidencial. E a cada medida tomada por GOULART em favor dos interesses brasileiros, era uma ferida aberta no dominante capital estrangeiro que reagiam cada vez com mais força, auxiliados por inescrupulosos brasileiros que a cada passo entregavam o País da mesma forma que Judas traiu Cristo, só que não foram com apenas 30 moedas de prata, mas sim hipnotizados por altas somas de dólares americanos.

GOULART já vislumbrava muitos caminhos.

Se nunca pensou seriamente em dar o golpe de estado, apesar de todas as pressões que sofreria, também nunca, em realidade cogitou em renunciar. Acreditava, intimamente, que sua trincheira era a legalidade, e em nome da qual assumou a presidência. E não alimentava as aspirações comunistas que seus adversários lhe atribuíam. Sua grande ambição era realizar as reformas, sobretudo a da estrutura da propriedade rural, e as incompreensões com que se defrontava no exercício diário do governo, embaraçava-lhe os passos.

Mais que defender o governo, portanto, importava naquele momento, conservar sua liderança. O Governo, apesar e por causa de suas realizações e medidas contra o imperialismo e o latifúndio, enfrentava graves dificuldades no exterior e no interior do País. Conseguiu reduzir o déficit da balança de pagamentos de US\$ 343 milhões de dólares, em 1962, para US\$ 248 milhões de dólares em 1963, tendo as exportações brasileiras aumentado de US\$ 1.250 — um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de dólares para US\$ 1.370 — um bilhão e trezentos e setenta milhões no mesmo período. Mas as obrigações externas assumidas pelo governo de Kubitschek e Quadros, ascendiam a quase US\$ 3 bilhões de dólares dos quais cerca de 60% exigíveis no biênio de 1964-65, comprometendo cerca de 70% das exportações brasileiras em moedas convertíveis. E essa situação se tornava mais dramática devido ao rigoroso cerco econômico e financeiro que os Estados Unidos promoviam contra seu governo.

Perante uma população de 200 mil pessoas o governo de



GOULART anunciou que remeteria ao Congresso Nacional mensagem propondo as reformas seguintes:

- 1 — Reforma agrária, com emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia e em dinheiro.
- 2 — Reforma política com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças do pré.
- 3 — Reforma universitária, assegurando pela liberdade do ensino e abolindo a vitaliciedade da cátedra.
- 4 — Reforma da Constituição para delegação de poderes legislativos ao Presidente da República.
- 5 — Consulta à vontade popular, através de plebiscito, para o referendun das reformas de base.

Estas reformas, evidentemente, não visavam ao socialismo. Eram reformas democrático-burguesas, sobre outros alicerces, arrancando-o do atraso e dando-lhe maior autonomia. A reforma agrária, que a burguesia nacional, retardatária, raquítica, e vinculada ao latifúndio, não tivera condições de executar, pois constituía sobretudo, num instrumento para a ampliação do mercado interno, necessário ao desenvolvimento do próprio parque industrial do País. Numa população de 70 milhões de habitantes, somente, 3.350.000 possuíam terras, sendo que 2,2% ou seja 73.737 proprietários ocupavam 58% da área total dos hectares, e GOULART se orientava no princípio de que o uso da propriedade é condicionada ao bem-estar social.

A cada dia que passava, mais grave se tornava a crise interna no País e o governo de Washington acionava a operação que consistia na expedição para o Brasil de uma força-tarefa, composta por porta-aviões, destróieres de apoio, entre os quais um com mísseis teleguiados, navios carregados de armas e mantimentos, bem como, quatro petroleiros com um total de 13.000 barris de gasolina comum, 272.000 barris de combustíveis para jatos, 87.000 barris de gasolina para aviões, 35.000 barris de óleo diesel e 20.000 barris de querosene. A fim de atender as necessidades mais prementes, enviou também sete aviões de transporte C-135 levando 110 toneladas de armas, oito aviões de caça, oito aviões-tanque, um avião de comunicações e um posto aéreo de comando. Estabeleceriam uma ponte-aérea ligando as bases norte-americanas e o Brasil. O general George S. Brown chefiava a operação, que contaria ainda com a participação de uma força ultra-secreta do Exército, Marinha, Aeronáutica e CIA, posta em ação na base do Panamá.

Essa mobilização, certamente, não visava apenas fornecer apoio logístico, mas também intervir militarmente no Brasil, se necessário. Os chefes conjuntos do Estado-Maior do Pentágono tinham diversos planos, pois já tinham desembarcado no nordeste cerca de 5.000 oficiais, sub-oficiais e sargentos norte-americanos, os "boinas-verdes".

Uma operação de tamanha magnitude, não se realizaria, certamente, sem a conivência e conhecimento, pelo menos em suas linhas gerais, de alguns brasileiros. Havia a necessidade de condená-la com, pois feria nossa soberania. Mas no entanto essa mobilização estaria coordenada som a sublevação interna, que, sem o apoio imediato dos Estados Unidos, GOULART poderia reprimir. Por isso e não por dedução, como alegaria Walters, soube que a sedição de Minas Gerais ocorreria em 31 de março. A CIA colaborara com as diversas correntes de oposição a GOULART, seus agentes se reuniram, algumas vezes com o Marechal Denis. Na véspera da eclosão do movimento, a CIA também transmitira as declarações de um Comandante das tropas de Minas Gerais afirmando: "O Presidente GOULART deve ser removido às pressas. Não há possibilidade de solução legal. Se as Forças Armadas não agirem agora, cedo elas ficarão sem líderes".

Nos dois dias em que o golpe de Estado se desenvolveu, GOULART ouviu de oficiais superiores frases como esta: "Os oficiais não estão contra o Presidente, mas sim, contra os comunistas". Havia soviéticos no Rio de Janeiro ou São Paulo? Não. GOULART se propunha a abolir a propriedade privada

dos meios de produção? Não. O comunismo era o C.G.T. — o esforço de organização e unificação de movimento sindical das classes dominantes, pretendendo cumprir os saldos que queria interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava a remessa de lucros. Era tudo o que contrariava os interesses imperialistas norte-americanos, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era enfim, a própria democracia que, com a presença de GOULART na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores.

Efetivamente, pela primeira vez no Brasil, a pressão dos trabalhadores alcançava o nível da Presidência da República, influenciando o comportamento e as decisões políticas do governo. Este fato aguçou a crise de dominação de classes, à medida em que a burguesia, na trilha do imperialismo norte-americano, bandeou-se para a oposição e não sobrou a GOULART como respaldo, em meio a turbulência social, senão a massa de assalariados. E essa contradição entre o Estado burguês, intacto e o governo trabalhista liquidaria GOULART, a menos que ele se dispusesse ou a liderar uma revolução social, arrastando as consequências de uma guerra civil e da intervenção norte-americana, ou a capitular diante das classes dominantes e permitir a repressão dos organismos de representação popular.

Na tarde de 31 de março de 1964, as tropas de Mourão Filho evoluíam na direção do Rio de Janeiro e as do General Guedes avançavam contra Brasília. Kubitschek, que rechaçara o convite do Deputado José Maria Alkimim para aderir ao movimento de Minas Gerais, procurou GOULART e lhe propôs uma solução política para o problema, mas essa solução tão somente atendia seus interesses no sentido de preservar a legalidade constitucional, a fim de assegurar eleições de 1965, e conseqüentemente, sua provável reeleição para a Presidência da República.

À noite em presença de alguns ministros, GOULART recebeu um telefonema de Kruei, Comandante do II Exército, que impôs para servir como mediador, condições notadamente anti-democráticas, GOULART não aceitou aquelas exigências, pois ele não queria um governo fraco, pior que o Parlamentarismo e que ele não seria um Presidente decorativo. Em seguida, ao perceber o tom de "ultimatum", passou a tratar Kruei cerimoniosamente, dizendo-lhe com rispidez: "General, eu não abandono os meus amigos. Se essas são as suas condições, eu não as examino. Prefiro ficar com as minhas origens. O Senhor que fique com as suas convicções. Ponha as tropas na rua e traia abertamente".

Na manhã de 1.º de abril a situação já se definia contra o governo de GOULART, nada mais podia se fazer. Se concordasse em renunciar as forças e restringir os direitos dos trabalhadores, continuaria no governo. Mas não o faria. O governo pelo governo não interessava. Se em janeiro dissera a Wilson Fadul, Ministro da Saúde, que preferia ser deposto a enrolar a bandeira das reformas, não capitularia, agora, quando as baionetas, tanques e canhões o ameaçavam, com a cobertura dos Estados Unidos.

Naquela noite de 1.º de abril, Darcy Ribeiro enviou ofício ao Congresso Nacional, comunicando que GOULART viajara para Porto Alegre. Não obstante, sabendo que ele se encontrava em território nacional e não renunciara. O Senador Auro Moura Andrade, Presidente do Congresso, convocou uma Sessão Extraordinária e, ao abri-la declarou em breves minutos, violentando as normas constitucionais e o próprio Regimento Interno da Casa, a vacância do cargo de Presidente da República, consumando-se assim, o golpe de estado. O Senhor Ranieri Mazilli, Presidente da Câmara dos Deputados, chegou dessa maneira ao Palácio do Planalto. Não observou qualquer formalidade legal, como por exemplo, a votação do "impeachment". Mas bastou para que o Embaixador Americano, Lincol Gordon

recomendasse o reconhecimento do novo governo, ilegítimo e inconstitucional, e Johnsson telegrafasse imediatamente a Mazilli, felicitando-o pela sua investidura na Presidência da República.

E assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez a pressão dos capitais estrangeiros se fizeram presentes na política brasileira e mais uma vez um líder nacionalista da mesma linha de VARGAS e como ele, foi impedido pela força do arbítrio em levar avante uma política defensora dos interesses nacionais e para o povo brasileiro. A injustiça contra GOULART, não cessou em 64, ela veio até 6 de dezembro de 1976, quando faleceu em sua fazenda em Mercedes, Norte da Argentina, longe da sua pátria, longe de seu povo, falecendo no exílio e a injustiça ainda se faz presente até nossos dias desta vez contra sua memória."

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Lineu Turra, com muito prazer.

**O Sr. Lineu Turra** — Deputado Domício Scaramella, não poderia deixar de fazer a minha humilde interferência no pronunciamento de Vossa Excelência, nesta oportunidade, em que transcorre o terceiro aniversário do desaparecimento prematuro e sentido para todos nós, brasileiros, da figura extraordinária do ex-Presidente João Goulart.

Como admirador que fui de João Goulart, como partidário de João Goulart, como Vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro, com o término do primeiro mandato em 1958, acompanhei a trajetória política deste inesquecível Presidente. Quero dizer, nesta oportunidade, que se João Goulart hoje estivesse vivo, estaria ao seu lado para caminhar nesta oportunidade em que toda a Nação brasileira se levanta e se bate pela redemocratização do País.

João Goulart não tem sido esquecido por Vossa Excelência, por tantos brasileiros que acompanharam a vida democrática deste País a partir de 1946, como não tem sido esquecida a figura do Presidente Vargas. Porque nós acompanhando as idéias de João Goulart, todos os seus pronunciamentos, nós víamos e sentíamos nas suas palavras e nas entrelinhas daquilo que dizia, tudo o que o Presidente Vargas, como Nacionalista que foi, defendia como direito dos brasileiros.

Pois bem, ilustre Deputado Domício Scaramella, tanto é verdade que João Goulart encarnava o espírito nacionalista, que muito sensibilizou e sensibiliza o povo brasileiro e acredito até de qualquer nação do mundo, de qualquer povo que seja patriota, que jamais deixou de receber o apoio nas urnas; competindo com candidatos à Presidência da República e sendo vitorioso em votos.

Era na verdade, João Goulart, um populista, um homem que podia se jactar de ser populista, de ter prestígio junto ao povo. Idealista que era, democrata que era, se deposto foi, porque as forças da reação que vinham desde 1929 procurando destruir regimes democráticos de um lado, este que vingou e que impera aqui no Brasil, de um lado o comunismo, de outro lado o Integralismo, a Extrema Direita e a Extrema Esquerda se degladiando, e os Democratas no meio.

E aí é que João Goulart queria que os Democratas vencessem. Mas, forças outras foram engolidas e foram enganadas e levaram este País no lugar onde está, no desespero, à opressão. E o povo hoje chora as suas mágoas, porque foi enganado pelas multinacionais, pelos laboratórios multinacionais que financiaram a Revolução de 64; porque naquela época, João Goulart denunciava a exploração e o crime que se cometia contra o povo, com medicamentos adulterados e introduzidos no mercado brasileiro.

E foi aí que então, surgiu a onda que João Goulart pretendia instalar neste País, uma república comunista, ou uma república em que houvesse a ditadura do proletariado.

Me lembro até que houve um Congresso internacional de juristas, e lá foi, logo após a deposição de Getúlio Vargas, feita

uma proclamação ao mundo que se João Goulart era comunista, o era tanto quanto João Kennedy.

Portanto, Deputado Domício Scaramella, quero cumprimentar Vossa Excelência pela oportunidade do seu pronunciamento, e para que este seu pronunciamento, que retrata bem a vida daquele ilustre brasileiro João Goulart, admirado por todos e que, se hoje vivo estivesse, sem dúvida voltaria, como sem pre esteve, pelo voto do povo, a ser o Presidente da República do Brasil, para recompor os destinos deste País aos seus verdadeiros caminhos.

Muito obrigado.

**O Sr. Nilton Friedrich** — Vossa Excelência permite um aparte? **O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA** — Já concederei.

Agradeço o aparte do ilustre Deputado Lineu Turra, que bem conheço Vossa Excelência, conheço quando Vossa Excelência iniciou a política dentro do Partido Trabalhista Brasileiro, como eu e diversos outros companheiros. E não poderia esperar outra coisa de Vossa Excelência que não fosse o apoio a este nosso modesto pronunciamento, mas um pronunciamento real, honesto e sincero, e de saudosa memória daquele grande brasileiro.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Nilton Friedrich. **O Sr. Nilton Friedrich** — Ilustre Deputado, é um grande prazer apartear-lo, quando Vossa Excelência, pela maneira que se tem conduzido nesta Casa, pela sua passagem já histórica dentro do trabalhismo, pela convivência que teve na década de 50 e mesmo nos primeiros anos da de 60, quando compartilhou momentos com João Goulart, Leonel Brizola e tantas outras lideranças deste País, naquela época, e que por certo sempre estarão no coração do povo.

Mas, Deputado, o conteúdo de seu pronunciamento é efetivamente um ponto histórico nos Anais desta Casa. Porque, depois de 15 anos dessa noite negra que se abateu sobre o País, quando se procurou mentalizar na consciência nacional, que este País, esta Nação, existiam a partir de 64, nós com pronunciamentos consubstanciados no conteúdo como hoje ouvimos, começamos a sentir que, aos poucos, a história passa a ser efetivamente escrita, porque tenho certeza que muitas das informações nele contidas, foram buscadas em escritos que apenas estão surgindo, sobre a verdadeira faze pré e pós 64.

E não só Vossa Excelência, mas como algumas obras aparecem agora, documentando e traduzindo o que aconteceu no País, em verdade, com o PTB e especialmente com o falecido Presidente João Goulart. Porque, ilustre Deputado, esse brasileiro de expressão efetivamente de estadista, que se fez popular, sem extravagâncias e sem expedientes, até certo ponto, ofensivos, que teve o voto popular consagrado em todo o País. Sofreu-se pois um golpe de Estado. A verdadeira subversão está aí, porque era um governo constitucional, legítimo porque eleito pelo povo; legal, porque estava embasado nas leis existentes, leis estas oriundas de uma Carta maior, democraticamente eleita, promulgada por uma Constituinte, que foi a Carta de 46. E entre outras coisas, estava se querendo obstacularizar a presença de João Goulart no Governo, era inclusive, vejam bem, ilustre Deputado na tribuna e Deputados desta Casa. O fato de João Goulart estar na China, foram necessários 11 anos depois, para que o Presidente, General Ernesto Geisel, reatasse as relações diplomáticas com a China. E Jango já em 62, 63, preocupava-se na condição de vice-presidente de manter esse relacionamento, com o hoje país, que tem o maior potencial de consumo no futuro, deste nosso mundo.

Mas, ilustre Deputado, não queria me estender muito e apenas concluir: que procurei ler tudo que surgiu nos últimos tempos sobre pré e pós 64, e algumas obras me chamaram extremamente a atenção e destaque entre elas a de um americano, chamado Philip Parker, sobre a influência dos Estados Unidos, no Golpe de 64. Onde estão traduzidas "ipses litéris",



as fases de estudos, de entendimentos entre o Embaixador e de então, dos Estados Unidos, no Brasil, com o Departamento de Estado e com as forças reacionárias neste País.

Neste livro estão inclusive reproduzidas fotocópias dos memorandos, e onde inclusive atesta uma reunião no dia 31 de março, de 64, do alto estafe do Departamento de Estado Norte Americano, em que eles estavam em linha direta, acompanhando toda a fase do golpe, porque haviam três operações em andamento, para dar sustentação ao golpe militar, com o financiamento da Cia e patrocínio do Departamento de Estado Americano "Brothes San", com o objetivo em primeiro plano, de dar cobertura inclusive de combustível e mantimentos; o segundo plano, que era o objetivo de dar a saída imediata, dos Americanos que aqui estivessem, caso viesse uma guerra civil e as forças reacionárias, patrocinadas pela Cia. e acobertadas pelo Departamento de Estado, se vencedoras. E a terceira opção, que nesta obra inclusive relata o número de armas as circunstâncias e como estava definida; era o apoio armado que os Estados Unidos pretendiam dar aos golpistas de 64.

E faço aqui esta referência porque trata-se de um livro escrito por um norte americano, que foi buscar nas bibliotecas existentes, tanto de John Kennedy como na Biblioteca de Johnson, existente no Texas.

E lá, documentando as conversas, os memorandos, e esses documentos até secretos é que se clareou definitivamente a participação direta, absoluta e plena, além de se confirmar depois por uma entrevista de Lincoln Gordon, Embaixador americano no Brasil, então, que foi mais longe, porque acabou confessando, que durante meses e anos estava se processando o apoio a este golpe, porque nós na eleição de 1962, no Brasil, gastaram em torno de dois a cinco milhões de dólares, para patrocinar campanha política, de deputados, senadores e governadores, candidatos ao Governo de estados, desde que estivessem aliados a esta luta golpista de cunho norte-americano. Onde inclusive se gastaram milhões de cruzeiros, só em Pernambuco, para que Miguel Arraes não fosse eleito Governador daquele Estado.

Mas, ilustre Deputado, não quero, como disse me estender. Apenas fazer essas colocações, porque hoje são obras, são escritos, são documentos que começam a clarear todos aqueles, inclusive muitos de nós que foram ludibriados em nome da corrupção, da "marcha com Deus com a Família e a Liderdade", do combate à subversão, e tantos outros princípios que diziam ser mantenedores daqueles que então se diziam os heróis da libertação brasileira em 64. Mas, esses escritos estão trazendo a nu a triste e séria realidade que foi, efetivamente, um golpe de estado, de golpistas e aproveitadores do Brasil, muitos até levados em sua boa fé, mas patrocinados pela CIA e acobertados pelo Departamento de Estado Norte-Americano.

E o que é mais triste, Deputado, é que, quando hoje vemos os Estados Unidos no Irã, enfrentando o problema com o Khomeini, talvez a nação inteira, o mundo inteiro, se esquecem do que os Estados Unidos fizeram a grande maioria dos países do Terceiro Mundo, o que hoje, apenas se começa a fazer no país de Khomeini.

Não estou aqui para provar ou reprovar as atitudes do povo iraniano. Mas, o que me coloca é que o que a CIA fez no Brasil, o que se fez de cobertura a ditadores sanguinários, violentos obscurantistas, ao longo da América Latina, da África e da Ásia, é bem pior do que hoje o povo do Irã está fazendo com os Estados Unidos.

O que a CIA patrocinou no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile, em países africanos e asiáticos, é mil vezes pior do que hoje está acontecendo no Irã. E estão aí os meios de comunicação a nível internacional, tentando mentalizar que os grandes mafiosos são, efetivamente, os moradores do Irã.

Mas, vamos analisar o passado.

Vamos ver que tipo de política se utilizou, na exploração do Terceiro Mundo, os Estados Unidos, e dos países subdesenvolvidos.

Concluo dizendo, nobre Deputado, infelizmente, João Goulart falecido não teve a anistia. E aí está, talvez, na História, a marca negra deste regime. Porque muitos foram os que morreram sem serem anistiados, sem direito de defesa, condenados e colocados no ostracismo, expulsos, exilados, ou asilados, sem condições de voltar com vida para sua Pátria que tanto amaram, que tanto defenderam e procuraram acertar, às vezes errando mas, principalmente com boa fé e desejo de bem acertar.

Muito obrigado.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte do ilustre Deputado Nilton Friedrich que veio abrilhantar este nosso modesto pronunciamento.

Vossa Excelência um Deputado jovem, estudioso, inteligente, vem dizer o que é preciso que todos os jovens do Brasil conheçam o passado deste País. O passado de Getúlio Vargas, o passado de João Goulart, e o passado de tantos outros grandes brasileiros que se sacrificaram.

Vossa Excelência falou que João Goulart faleceu sem ser anistiado.

João Goulart faleceu cassado. Mas, além dele, outros e outros grandes brasileiros que sofreram, que foram massacrados, de 64 para cá, também existe um grande brasileiro que morreu cassado, o grande Presidente Juscelino Kubitschek que, de saudosa memória, foi um dos grandes Presidentes deste País.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Scaramella, é necessário que no início deste aparte, faça aqui um registro especial do comportamento que Vossa Excelência tem tido ao longo destes anos.

Vossa Excelência não renegou os antigos companheiros. E o que é mais importante, ficou com eles quando todos os companheiros estavam vivendo em regime de desgraça, imposto pelos atuais detentores do Poder.

O tempo é muito pequeno, mas gostaria de dizer que a presença de Vossa Excelência na tribuna fazendo um relato histórico desse tempo que nós vivemos no País, traz-nos a certeza que, aquilo que os que detêm o Poder procuraram fazer, na realidade não vão conseguir, porque o trabalhismo está de volta, o trabalhismo vive na memória do povo. E por que o PTB está de volta? Está de volta porque o trabalho desenvolvido nesta Nação, pelos seus líderes mais ilustres faz com que o povo venha a encetar novamente esta luta, para trazer o renascimento do trabalhismo neste País. Pergunto a Vossa Excelência por que ninguém neste País está lutando para que volte a UDN? Por que ninguém está lutando para que outros partidos que existiram, voltem a esta Nação? Em contrapartida, muitos estão lutando para que volte o Partido Trabalhista Brasileiro, exatamente porque homens como João Goulart que ao longo de sua vida colocou-a à disposição idealisticamente para a finalidade de fazer com que o povo brasileiro emergisse da miséria, como Getúlio Vargas e tantos outros o fizeram; então, que os mais legítimos anseios do povo brasileiro realmente fossem colocados em primeiro plano!

Gostaria de dizer aqui, para terminar porque não há tempo para dizer aquilo que pretendíamos, dizer que lamentavelmente, um homem como João Goulart que entregou a sua vida à luta da libertação nacional, não tenha podido viver os seus últimos dias neste País.

Muito obrigado.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte que veio colaborar com o nosso pronunciamento, e desejaria que o Sr. Presidente me concedesse mais um minuto de tole-

rância, para declarar nesta hora e neste momento que, dentro das minhas origens trabalhistas, dentro da minha vivência com velhos e velhos companheiros de PTB, comecei a fazer política, em 1940, no PTB, quando elegemos Moysés Lupion Governador do Estado e Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República; em 1950 Getúlio Vargas Presidente da República - de saudosa memória - e também, de saudosa memória, Bento Munhoz da Rocha, em 1950. Quero dizer que, dentro dos meus princípios e diante dos acontecimentos que culminaram com a extinção do meu Partido, o Movimento Democrático Brasileiro, a partir de hoje volto às minhas origens, com fé e coragem, para que nossos filhos e nossos netos no dia de amanhã, rememorem as pessoas desaparecidas e sigam o exemplo daqueles grandes brasileiros que deixaram tudo, que com todos os sacrifícios lutaram pelo bem estar do povo brasileiro; então, a partir de hoje, Companheiros desta Casa, arenistas e emedebistas, eu sou petebista!

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, o pronunciamento de Vossa Excelência é tão sincero, de uma sinceridade tão difícil de ser encontrada hoje nos homens públicos, que estou disposto a ceder a Vossa Excelência parte do horário reservado à nossa Liderança da ARENA, para que Vossa Excelência continue com o seu brilhante pronunciamento.

Para mim não é surpresa a atitude definida que Vossa Excelência toma na tarde de hoje, porque sempre o conheci como um dos grandes trabalhistas deste Estado, homem sempre ligado às classes humildes, menos favorecidas, enfim, aquilo que é realmente a essência doutrinária do PTB encontrou, em Vossa Excelência, um fiel seguidor.

Admiro efetivamente Vossa Excelência como homem público, como homem coerente, como homem de bem.

Já votei em Getúlio Vargas em 1950, admiro-o num determinado aspecto da sua administração, entretanto, sem querer atacá-lo - porque os mortos não falam, não têm condições de se defender e não se deve tripudiar sobre os mortos - então, sem querer atacar João Goulart, Getúlio Vargas, enfim, os homens que não estão mais neste mundo, apenas estranho que determinados homens do Partido de Vossa Excelência, do MDB, que atacam tanto os ditadores, que inclusive diariamente lançam até impropérios contra os Presidentes dos Governos Revolucionários, usam até um palavreado não condizente com as altas responsabilidades de um parlamentar, venham hoje elogiar João Goulart, Getúlio Vargas, principalmente Getúlio Vargas que foi efetivamente um ditador neste País.

O Sr. Waldyr Pugliesi — João Goulart?

O Sr. Erondy Silvério — Retiro o nome do ex-Presidente João Goulart, mas o Presidente Getúlio Vargas foi um ditador neste País. Nós temos que nos lembrar que ele cometeu até desatinos maiores do que os Presidentes da Revolução.

Veja Vossa Excelência que ele tirou do cárcere, a esposa do Líder do Partido Comunista no Brasil e entregou aos nazistas de Hitler, aos facínoras de Hitler para ser lá torturada e assassinada nos campos de concentração na Alemanha. Ele manteve um chefe de polícia, o então Capitão Filinto Muller que foi um dos maiores torturadores que conheceu a história do Brasil.

Entretanto, hoje não vejo a razão de se incensar o nome de Getúlio Vargas, como efetivamente foi um ditador também.

Nós que somos democratas por excelência, que somos contra os ditadores e achamos que nos governos revolucionários não há ditadura porque pelo menos aqui o Poder Legislativo funciona, a tribuna da Oposição é livre, o que não ocorreu durante um longo período do Governo Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, quando emudeceram as vozes parlamentares, supri-

ram-se as liberdades neste País, estabeleceu-se uma censura muito mais ferrenha do que aquela imposta pelos governos revolucionários, então acho que, apenas para reavivar a memória desses jovens fogosos da atual bancada do MDB nesta Casa, que devem remontar um pouquinho à História do Brasil e ver que as origens do MDB foram, através do PTB, cujo criador foi Getúlio Vargas, um ditador por muitos anos neste País.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Primeiro, quero agradecer a Vossa Excelência, ilustre Líder do Governo, por ter me cedido o horário do Partido de Vossa Excelência, para dialogarmos mais um pouco.

De fato Vossa Excelência lembrou que Getúlio Vargas foi um ditador.

Não quero me alongar muito, ilustre Deputado e prezados colegas. Só quero lembrar que Getúlio Vargas, antes de ser deposto em 1945, que de fato foi um ditador, mas parece que foi um ditador tranquilo, um ditador que deixou o direito ao voto secreto, deixou o direito à mulher brasileira votar e não foi compreendido, porque foi traído pelas Forças Armadas, apenas quando faltavam dois ou três ou seis meses para terminar o seu mandato e aonde iria presidir as eleições.

Mas, haja visto que em 1946 elegeu-se, sendo ditador, ilustre Deputado e Líder da Aliança Renovadora Nacional, sendo ditador, foi eleito Senador por três Estados e Deputado Federal por diversos Estados e Estadual e que muita gente também, aproveitando aquela oportunidade, assumiram a suplência do ex-Presidente Getúlio Vargas.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite mais um aparte? (Assentimento).

Aliás, disse a Vossa Excelência que ele, ao lado das grandes realizações que fez pelo País, que foi credor, exatamente da admiração do povo, principalmente dos humildes, é que existia essa outra faceta que os jovens parlamentares do MDB talvez desconhecassem.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Só quero responder com prazer ao ilustre Líder do Governo, principalmente tendo me cedido este horário da ARENA.

Ilustre Deputado, mais uma resposta a Vossa Excelência, dentro da minha simplicidade e quero lembrar mais ainda que em 1950, Getúlio Vargas voltou à Presidência da República, no braços do povo e quero lembrar a Vossa Excelência que conheço Vossa Excelência como Vossa Excelência me conhece, ilustre Deputado.

Vossa Excelência iniciou a sua carreira política, num Partido em que nós comungamos juntos, que nós elegemos Moysés Lupion e o ilustre General Eurico Gaspar Dutra, com o apoio de Getúlio Vargas. Por conseguinte, era um ditador de outra forma e Vossa Excelência bem sabe do meu posicionamento, sabe que, embora contra o regime que aí está, embora não estar satisfeita a eleição indireta a Governador e Presidente da República, mas tenho procurado respeitar essas autoridades.

O Sr. Erondy Silvério — Muito bem.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Não concordo com a maneira de suas eleições, mas tenho procurado respeitar dentro das minhas possibilidades e quero dizer a Vossa Excelência que com muito prazer aceitei esse aparte e respondi também com a minha sinceridade.

O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Getúlio Vargas teve a sua época ditatorial, mas teve as suas coisas boas. Foi um grande brasileiro, foi um grande nacionalista e que deixou exemplo para todos nós. Apoiou quantas vezes, candidatos do Partido em que Vossa Excelência pertenceu, desde o início da sua vida política e que já participei junto, em campanhas como as de Moysés Lupion, Eurico Gaspar Dutra e outras. Eu, com muito prazer, concedo o aparte ao Deputado Deni

Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — É que estamos rememorando a História e realmente o Deputado Erondy Silvério traz à baila um fato importantíssimo. O fato de sobre a ditadura de Getúlio Vargas ter sido entregue aos nazistas a esposa de Luiz Carlos Prestes. Fato esse que mereceu do jornalista brasileiro, insuspeito, não é comunista, David Nasser, um livro todo:— Falta alguém em Nuremberg. Mas, o que fica desta nossa discussão e me parece isto muito importante, é a confissão do ilustre Líder da ARENA, primeiro, de que apesar de considerar ainda até hoje que Getúlio Vargas tenha sido um ditador, ele também confessa que posteriormente votou em Getúlio Vargas.

Portanto, foi uma ditadura cujo ditador mereceu, posteriormente, o voto do próprio Líder da ARENA.

Parece-me que esta ditadura apesar de ter sido, inclusive, homenageada, digamos assim, com um livro violento e repito, de um jornalista insuspeito, por ter praticado um ato mundialmente execrável, que foi a entrega da esposa de Luiz Carlos Prestes aos nazistas, apesar disto, parece que esta ditadura e este tão famigerado Felinto Muller não foi tão mal assim. Tanto assim que o ilustre Líder da ARENA o escolheu como Presidente de seu Partido e quando Felinto Muller morreu, Presidente da AERNA.

SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Deni Schwartz, fez um esclarecimento que não entrei no mérito porque o horário é escasso e, para encerrar...

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Domício Scaramella, inicialmente quero cumprimentá-lo por estar nesta tribuna a relatar fatos históricos, fatos que nós não vivemos porque ainda somos muito jovens e ainda não temos a experiência que Vossa Excelência tem em política. Mas, também queria cumprimentá-lo pela decisão pública sua e do eminente Deputado Adalberto Daros, por terem sido os primeiros Parlamentares desta Casa a desfraldarem a bandeira do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro que volta a este Estado e a esta Nação para fazer jus às suas tradições.

Porém, como dizia a Vossa Excelência, conheço aquela época tão somente por livros, por revistas e por jornais. Mas querer desconhecer a grandeza que foi o PTB, que num espaço de apenas 18 anos conseguiu fazer dois Presidentes da República pelo voto livre, direto e democrático. Quero cumprimentar Vossa Excelência por ter, junto com Adalberto Daros, desfraldado a bandeira do PTB aqui nesta Casa e porque não dizer, aqui em todo o Paraná.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu. O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me concede um breve aparte? (Assentimento).

Apenas para participar deste seu pronunciamento belíssimo, ainda bastante garoto mas mesmo de uma família humilde, lembro da mesa farta da época de 1963, este homem que ainda hoje, mesmo após a sua morte é lembrado como comunista, em janeiro de 1963, quando se realizou um plebiscito em todo o País, teve a voz popular, em mais de 11.000.000 de votos, contra menos de 1.000.000, que era contrária a Jango Goulart.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência tem meio minuto para concluir.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Concedo este meio minuto ao ilustre Deputado, ex-companheiro.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço a Vossa Excelência Deputado Domício Scaramella, não poderia deixar de apartear-lo mas para demonstrar o nosso respeito e admiração pela posição de V. Ex.<sup>a</sup> e prestar nossa homenagem hoje.

Lamentavelmente não posso fazer o mesmo pronunciamento, embora tenha vindo do PTB. Mas não sou originário do PTB; foi um problema local, na minha região, que tive que tomar, quando fui candidato a Vereador pela primeira vez, mas deixei grandes amigos no PTB, como tenho ainda hoje, Amaury Silva; como fui amigo de Souza Naves e muitos outros. Não sou companheiro de Getúlio, naquele tempo não era político ainda. Que merece o nosso respeito por tudo que fez. Embora como ditador, mas deu uma demonstração, depois da ditadura, pelo voto direto e mereceu a confiança do povo.

João Goulart, eu disse, — era um problema local, me filiei ao PTB, naquele Município, não acompanhei a sua política. Na época da eleição do Presidente da República, não fui seu eleitor. Mas admito e respeito a posição que Vossa Excelência toma hoje.

Assim todos os políticos seguissem essa linha de Vossa Excelência, de lealdade, de seriedade, e sempre atento aos interesses do povo. Eu o cumprimento pelo pronunciamento que faz.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Queria agradecer primeiramente a Vossa Excelência por esta deferência e dizer a Vossa Excelência que muito nos honra vermos os velhos batalhadores que de fato comungam com as idéias do povo.

Vossa Excelência dentro desta humildade que move este homem que tem o prazer de comungar com Vossa Excelência há tantos anos, nesta Assembléia, só quero dizer o seguinte: Deus ilumine seus passos, e continue batalhando pela verdade, pelo seu ideal. E agradecemos a Deus, de termos em Vossa Excelência, Deputado Domício Scaramella, o homem equilibrado, o homem bom, o bom pai de família, o bom chefe político e o bom chefe de família.

Muito obrigado.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte do ilustre Deputado e agradeço à Presidência, agradeço a atenção dos Srs. Deputados e até a primeira oportunidade se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Elisa Berta Winter Zimmermann. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do General Hugo Abreu, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando que as matérias arroladas através da Mensagem Governamental n.º 180/79, que convoca este Poder Legislativo, tramitem em regime de urgência. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que seja estudada a possibilidade da elevação da Comarca de Clevelândia, de 1.ª Instância para a Intermediária. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, visando instalação de um monocal telefônico no Distrito de Nossa Senhora da Penha, Município de Corbélia. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. José de Andrade Faria Neto, Juiz Eleitoral da Comarca de São João do Ivaí, pela firmeza e retidão com que conduziu a realização do plebiscito no Distrito de Lunardelli. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Coordenador Regional do INCRA, encarecendo informações sobre o aumento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um terminal telefônico, no Distrito de Guaiporã, Município de Ibiporã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficializado aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do D.E.R., encarecendo-lhes seja colocada uma camada de cascalho na estrada de Campo Bonito - Sertãozinho - Braganey - BR 277. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto pelas desagradáveis manifestações de que foi alvo, em Florianópolis, o Sr. Presidente da República. Em discussão. O SR. NELTON FRIEDRICH - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich. O SR. NELTON FRIEDRICH - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para continuar a discutir, já que não foi possível na data de ontem quando estávamos na tribuna, e solicitada a verificação de "quorum", não foi permitida a continuidade da sessão, nós pretendemos, até por um dever conosco mesmo, de apenas completar o que pretendíamos dizer na data de ontem.

E antes de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos alinhar algumas opiniões de brasileiros ante o quadro nacional e, especificamente, aspectos que dizem respeito ao requerimento ora em discussão.

O Senador do MDB, de Santa Catarina, Evilásio Vieira, interpretando o episódio sentenciou dizendo: "O povo se encontra à beira de uma explosão, em consequência da fome e das dificuldades econômicas e sociais do País".

"Mais grave que o desespero dos famintos é a inconsciência dos fatos" Evilásio Vieira - Senador do MDB - SC.

"Haverá explosões sociais de descontentamento no País, mas o brasileiro é um povo que absorveu todas as crises e absorverá essa também" "Karlos Rischbieter, Ministro da Fazenda.

Franco Montoro, Senador paulista diz:

"A verdade é que a insatisfação não é de alguns, mas de todo o povo brasileiro, que está em situação de desespero".

Já arremata o Ministro Delfim Neto:

"Não estou preocupado com o índice de inflação, pode ser de oitenta, setenta, sessenta e cinco por cento..."

Alceu Colares, Deputado Federal gaúcho, se referiu dizendo:

"O Presidente Figueiredo é imprevisível e frequentemente dimensiona mal as situações".

O Deputado Magalhães Pinto, por Minas Gerais, disse: "O povo está irritado e angustiado".

Herbert Levy, Deputado Federal, da ALUNA de São Paulo, concluiu:

"O General Figueiredo não é político e está constantemente envolvido pelas eminências pardas".

O Senador paulista Orestes Quêrcia, se referiu dizendo:

"O Presidente Figueiredo precisa deixar de ser o garoto-propaganda do Governo, para assumir definitivamente o comando da Nação".

O Líder da Oposição no Senado da República, Paulo Brossard, conferiu:

"É apenas o começo. O Presidente da República está sendo endeusado pela SECOM, o novo DIP, imagina que essa manifestação cor-de-rosa que o oficialismo prepara em todos os lugares, representa a opinião pública e o País. Agora, os fatos de Florianópolis vieram a mostrar a profunda inquietação social".

O jornalista Alberto Diners, em seu artigo diário, fez referência:

"Quanto maior é o vazio entre governantes e governados, mais densa a barragem de injúrias. Que o diga Maria Antonieta".

"O Estado de São Paulo", centenário periódico, em comentário em seu editorial de ontem, dizia:

"Afim, o povo não quer ver o Presidente, quer é sentir a presença do governo ... Quer saber das decisões e orientações, interessando-lhe muito pouco o estilo pessoal do governante, real ou fingido. Como particular, o Sr. João Figueiredo pode ir onde lhe aprouver; a Constituição lhe garante esse direito; como Presidente da República, ele só deve ir onde o chamarem os interesses da Nação".

A imprensa brasileira noticiou, antes da visita a Florianópolis:

"Presidente Figueiredo será recepcionado em Santa Catarina, onde será servido um churrasco para convidados consumindo-se três toneladas de carnes e seis mil litros de chopp".

E o Senador gaúcho Pedro Simon, conferiu:

"Enquanto nos empenhamos numa luta fratricida, o governo dá gargalhadas de nós".

E o próprio Presidente Figueiredo; interpretando os episódios de Santa Catarina, disse:

"É o preço da democracia".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como dizia, apenas voltando o assunto, porque estávamos da tribuna, porque a maneira em que nos impediram a continuidade da nossa colocação, além de nos deixar um tanto quanto desanimados, acabou também demonstrando que bem antes do Código Anurabi, dos 10 Mandamentos, das Leis Justinianas, ou do Código de Napoleão, existiam e existem, determinadas leis ou normas de foro íntimo ou sociais, que são, efetivamente, pertinentes e necessárias a qualquer cidadão em sua convivência social.

Mas nós continuamos:

Portanto, os episódios de Florianópolis devem servir, antes de qualquer protesto ou indagação, como motivo para uma profunda reflexão, reflexão maior ainda para o Governo e os homens que o retem.

Devemos, e como disse, mais ainda, o Governo, refletir a situação real do Brasil, os problemas econômicos, sociais, insustentáveis, o inconformismo visível, a realidade de vida do povo que é mais um insulto à dignidade humana! Tudo isto não seriam razões que foram espelhadas no espírito ou no

estado de espírito dos condenáveis agressores de Florianópolis? Aliás, as agressões foram mútuas. É fundamental que sejam evidenciados todos os aspectos pré, e pós episódio. A SECOM — Secretaria das Comunicações da Presidência da República — preocupada ou não com as atribuições e responsabilidades concretas do cargo em si, vem procurando vender uma imagem das qualidades pessoais, dos hábitos de lazer de Sua Excelência o Sr. Presidente da República. Isso se fez nas viagens presidenciais — ao invés de governar o País, o Governante máximo da Nação brasileira passou a desfilar no concurso nacional da popularidade, sob o patrocínio desta já famigerada SECOM, tomando cafezinho requentado no bar da esquina, abraçando crianças e, sempre, as bem nutridas, ou falando com os jornalistas não conseguindo nada ou falando muito, em verdade não é a melhor política ante o inquietante quadro da vida nacional; pretende-se alegria e recepção, alegria no apoio, popularidade a qualquer custo, esquecem-se, de que não há casamento entre Governo pretensamente popular e o povo com fome, esquecem-se de que não há casamento pretensamente popular e o povo com fome. Querem popularizar quem representa o regime, o Governo, mas como pedir ao povo, Sr. Presidente, que vá à rua acenar bandeirolas e aplaudir a passagem da caravana presidencial, e depois, voltando ao trabalho, à casa e aos filhos, sentir a gravidade dos problemas comuns, de transporte, energia, abastecimento, saúde e custo de vida, salário, inflação? Já é pedir demais!

Querem alguns, definir o episódio de Florianópolis como sendo de grubeiros, e altamente artificial. Qual teria sido mais artificial, Sr. Presidente, Srs. Deputados? A manifestação contrária ao Governo, ou a manifestação favorável ao Governo patrocinada pelo atual Governador “biônico” de Santa Catarina? Qual a mais artificial, qual a pior? Aquela comandada pelos cofres oriundos dos impostos pagos pelo povo ou aquela em que a voz cansada, sofrida fez com que representantes do povo catarinense expressassem o seu quase desespero, traduzissem a tensão social e deixassem claro para o Brasil que o ambiente é altamente preocupante.

Tem o aparte o Líder Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado. Vossa Excelência disse muito bem que o incidente de Florianópolis não deve ser analisado apenas nos fatos que o feraram, mas inclusive no desdobramento e veja Vossa Excelência esses fatos, desnuda efetivamente a artificialidade com que são montadas essas recepções ao Sr. Presidente da República.

Hoje em São Paulo, dirigentes da UNE pretendiam entregar uma carta ao Presidente da República e a SECOM informa, categoricamente, que não é possível o Sr. João Figueiredo receber os dirigentes da UNE, porque o Governo não reconhece a UNE.

Ora, Sr. Deputado, mas que Governo é este, que não reconhece a demonstração democrática de 300.000 estudantes brasileiros que numa eleição que empolgou esta Nação de norte a sul, pelo voto direto e secreto, elegeram uma plêiade de estudantes brasileiros para falarem em seu nome.

Estes estudantes da UNE efetivamente representam os estudantes e não aquelas crianças que ainda não sendo portadora até da sua própria determinação pessoal, porque menores de 12, 13 ou 5, 6 anos de idade, são postadas, obediente e disciplinarmente com bandeirinhas nas mãos, para saldar o Chefe da Nação.

Aí está a artificialidade das recepções a este Governo, que efetivamente não representa a Nação. Enquanto a criança não tiver o entendimento próprio do gesto que está fazendo, serve ao Governo como um verdadeiro títere, como verdadeiros palhaços, podemos dizer a verdade, porque engrossam o número daqueles que bajulam, daqueles que subservientemente baixam a espinha para que o arbítrio, a prepotência dos ilegítimos do poder continuem a reinar, mas aqueles estudan-

tes universitários que conscienciosamente através da UNE se levantam para bradar contra a péssima qualidade do ensino, se levantam para bradar, incorporando-se aos demais setores da Nação, de que basta esse modelo arbitrário, este Governo entreguista que nós temos, estes estudantes não servem, porque o Governo não os reconhece como entidades legítimas.

Então, Sr. Deputado, efetivamente assiste razão a Vossa Excelência quando diz que não é possível haver casamento entre Governo impopular e um Governo, ou um casamento com o próprio povo, vamos dizer assim, porque este Governo não é do povo, é anti-povo.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — A própria reação da SECOM no episódio de hoje em São Paulo, não reconhecendo a UNE e por isso não permitindo que ela encaminhe um manifesto ao Sr. Presidente da República, vem traduzir perfeita e claramente que se este Governo não reconhece o povo, também não reconheceria a UNE.

Afinal de contas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as manifestações favoráveis podem, as contrárias não.

Mas será que o povo é que não está ofendido? Será que efetivamente neste momento não seria de se analisar que quem está ofendido não é o Estado de Sua Excelência o Presidente da República pelo episódio de Santa Catarina, mas mais do que isso, é o povo brasileiro que está ofendido, principalmente, porque nós estamos diante de um quadro dos últimos anos desta República em que as soluções definitivas são proteladas, em que os problemas são transferidos, em que algumas dificuldades são meramente contornadas. Ora são jogados ao povo brasileiro os “pacotes”. Ora “Pacote de abril”, ora os presentes de grego, bomba relógio, ou “embrulho econômico”, como o último “pacote econômico”.

Ora não se sabe, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que vem e o que contém dentro destes “embrulhos”, destes “pacotes”. Ninguém sabe o que vem. Os governantes não ouvem, não vêem, só ajem. No aspecto político escamoteamento da Reforma Política Partidária demonstrou quanto farisaica é a linha governamental.

E o que é mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós precisamos ter a coragem de sinceramente analisar tudo. De nada vale a ameaça velada de que a insatisfação popular possa atingir determinado limite e ser repelida de maneira habitualmente usada durante estes longos anos de Regime Ditatorial; ora com os AI-5, ora com outras medidas de exceção, ou quem sabe agora com o AI-Emergência.

O sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite mais um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, me permite se neste aparte eu seja um tanto irônico, mas o povo brasileiro tem se acostumado com os expedientes da CECOM em aproveitar sempre dos mínimos incidentes para popularizar o Sr. João Baptista Figueiredo. Houve um caso célebre na Bahia, em que o Sr. Presidente da República perdeu o relógio e houve uma promoção intensa nesta Nação, televisão, Governador da Bahia dando passagem para a menina que encontrou o relógio.

Ora, Sr. Deputado, acho que a CECCOM devia aproveitar o incidente de Florianópolis para também fazer uma promoção destas, dar uma passagem ao ilustre catarinense que encontrar a linha; porque se na Bahia o Presidente perdeu o relógio, parece que em Florianópolis ele perdeu a linha.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, ilustre

Deputado, que retrata efetivamente, com o sabor irônico, esta realidade que todos assistimos. Até porque o Deputado, todos do Brasil hoje estão sentindo que houve um início destes episódios e que as primeiras agressões simbólicas partiram, efetivamente, inclusive de Sua Excelência o Presidente da República, conforme o “Jornal da Tarde” da edição seguinte ao episódio.

Onde retrata, caracteristicamente, o que ocorreu na sacada do local em que se encontrava Sua Excelência após assistir a assinatura de convênio.

Os desníveis são tamanhos e atingiram um grau de violência excepcional. A resultante, se não houver solução urgente, será a convulsão social. E esta convulsão social, Sr. Presidente, Srs. Deputados de maneira diversa já existe. A convulsão social do Brasil que já vivemos, está caracterizada na onda de assaltos e de inseguranças existente em todo o País.

Ainda hoje nós vimos e ouvimos um Deputado da ARENA, nesta Casa, que convive com o noticiário policial da Capital, trazer uma rápida radiografia, demonstrando o termômetro em que vive a tensão social e a insegurança de nossa população.

Eis aí uma espécie caracterizada da convulsão social que já vive o nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais importante seria, neste instante, todos os brasileiros e principalmente o "staff" governamental, aprofundar as causas do nosso problema e passarmos por uma séria elaboração de um novo pacto social.

Definindo alternativas, definindo novas soluções e apresentando comportamentos ante os problemas existentes. Ora, Sr. Presidente, aplicar a Lei de Segurança Nacional, à mais vil e draconiana instituição existente na história deste País, filha da Doutrina de Segurança Nacional, gerada nos laboratórios dos ideólogos políticos deste Governo; é efetivamente esta lei de triste memória, que volta a ser acionada e acionada sobre manifestante que como disse o próprio Presidente da Câmara de Santa Catarina, podem ser reprovados em seu ato em si, mas cujo protesto atesta o seu estado de espírito e insatisfação do povo catarinense.

Ora, aplicar a Lei de Segurança Nacional quando se quer fazer deste País uma democracia, é falar e negar a prática. É pregar a democracia e negar o ato. É efetivamente e mais uma vez, enganar o povo, protelando a Democratização deste País.

Não há a menor dúvida que aplicar a Lei de Segurança Nacional, não resolve a crise e não soluciona o problema.

E nesse instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil inteiro deve estar apreensivo e não só amargurado como até em posição tensa, porque esta famigerada Lei de Segurança Nacional, que trouxe tantas desgraças, violências neste País, que estava adormecida quando é acionada deixa com toda razão a nós brasileiros, a incerteza quanto ao amanhã; a incerteza quanto ao futuro. E começam a se delinear já os apóstolos do retrocesso, os pregadores da recessão política e econômica em todos os setores.

Afinal o que ocorreu na Capital catarinense, exprime muito do estado de espírito generalizado em que se encontram todos os brasileiros.

O incidente é a reação do povo.

Não devemos subestimar, mas também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso mais do que nunca, denunciar nesta Casa, na rua, em todo o Brasil, que todos aqueles que pretendem efetivamente, transformar o episódio de Santa Catarina em motivos para especular retrocessos, estão antes de tudo, dando atestado de serem anti-democráticos, porque agravos a Presidentes de Repúblicas, não devem, onde existir democracia, produzir pensamentos, ou retrocessos ou a anti-democracia.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste instante, quando o próprio Planalto diz que o assunto está encerrado, quanto ao tumulto de Santa Catarina, nós vemos como aqui nesta Casa, quem quer através de requerimento, como da espécie hora em questão, trazer mais uma vez a questão à tela.

Como se pretendessem apresentar ao povo que aquilo

que se fez lá não quer dizer nada, porque foi um grupelho, um grupo de esquerdistas, de comunistas, de aproveitadores, de tumultuadores, de subvertedores da ordem.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é negar a triste realidade social do País, que foi espelhada, bem ou mal, nos tumultos do vizinho Estado.

E na verdade, tentar pregar esse tipo de manifestação que deveria servir de reflexão, que nós todos - e a mim em particular - não deveria estar nesta tribuna, para pretender analisar este requerimento de protesto.

Mas, deveríamos estar aqui sim, tentando perquerir, discutir e debater um novo pacto social, definindo novas alternativas governamentais e populares e só assim, nós estaríamos dando a verdadeira demonstração não só de patriotas, como de democratas e daqueles que estão preocupados em mudar a estrutura social existente.

A quem interessa este tipo de protesto? Interessa àqueles que estão procurando, efetivamente, levar a sua mensagem aos bastidores da sustentação reacionária deste Governo, porque o retrocesso e a reação só interessa àqueles que durante esses quinze anos, se apossaram, econômica e socialmente dos absurdos realizados nesta Pátria.

Só a estes, exclusivamente a estes, interessa o retrocesso, interessa efetivamente não analisar do que passa no âmago do povo brasileiro, e a angústia que se generalizou na rua, no lar, na fábrica, na escola, e inclusive, no funcionalismo, em todos os segmentos e setores da sociedade brasileira.

Isto sim, este clima, este quadro, é que mereceria a nossa atenção.

Porisso, Sr. Presidente, quero concluir, dizendo que voto contra esta proposição.

Voto contra porque se a imprensa tão bem traduziu uma das razões maiores da visita da caravana Presidencial, é de que esta caravana seria recepcionada em Santa Catarina por um churrasco, consumindo três toneladas de carne, seis mil litros de chopp, isto, em outras palavras, que a SECOM não poderá traduzir e nem dizer ao brasileiro, é uma ofensa ao povo brasileiro, e o povo ofendido, ofendeu.

Porisso é hora de reflexão.

O Sr. Fideleino Tolentino - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Nelson Friedrich, talvez a nossa geração seja daquelas que provavelmente possa gozar de um privilégio inédito, o privilégio de assistir a esse teatro grandioso, de proporções brasileiras, que é o quadro da política nacional.

Este quadro preparado por professores, professores robotizados, feitos na maquinação de um sistema elitista, frio, desumano, inconsequente, muito mais inconsequente do que aquele piloto que soltou - guardadas as respectivas proporções - a bomba em Hiroshima e Nagasaki.

Guardadas as proporções de um e de outro desastre, esta geração, mutilada de saber, mutilada de mobilização, angustiada pela redoma de uma série de leis de exceção, não pode, jamais, assistir calma, serena e tranqüila a este teatro grandioso, desarticulador da própria sociedade civil.

E tenho dito, Deputado, em várias ocasiões, em apertes que tenho oferecido neste Parlamento, ao longo destes anos de angústia, de desespero, de anomalia, de incertezas e de inutilidades, tenho dito que, muitas vezes, é preferível sair do Parlamento, voltar para casa, para as ruas, para os movimentos de bairros, para os agricultores, para as reuniões objetivas que se possam fazer, num único sentido de dar condições de opções ao povo brasileiro, para que ele, por si só, se agregue, se mobilize, para destronar os poderosos, para fazer com que este regime vá à sucumbência, para ele se desagregar, na medida em que a sociedade se articula, novamente,



para voltar às suas próprias origens, aos seus próprios caminhos, buscando os seus próprios caminhos.

É por essa razão, Deputado, que este Parlamento não se pode furtar à história do momento e dizer “não”, “chega” e “basta”, pelo menos, para acompanhar o desespero que está acontecendo na sociedade.

Porque o Parlamento está indo a reboque dos acontecimentos sociais, Deputados.

E é por esta razão, porque conhecendo, e indo para a degola, para o matadouro, mas indo consciente, consciente também da nossa inutilidade do Parlamento, que votarei contra o requerimento que encaminha Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Ilustre Deputado, o estado de ânimo de Vossa Excelência prova que muitos já não acreditam numa alternância de poder e numa mudança de sistema, pela via parlamentar.

Oxalá, estejamos errados. E possamos, democraticamente, pela via parlamentar, mudar esta triste realidade.

Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Continua em discussão o requerimento do Deputado João Mansur.

Convido o Deputado Darcy Deitos para assumir a 2a. Secretaria, se não me vejo obrigado a suspender os trabalhos da Casa.

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem) — Sr. Presidente, só a secretaria que ficasse registrado, em ata, a manobra com a qual conduziu o Deputado que se encontrava na 2a. Secretaria da Casa. Porque foi um ato contra o Regimento Interno.

Mas atendo o pedido de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Achando-se a Mesa composta novamente, continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado João Mansur.

Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

8 Srs. Deputados o rejeitam;

2 Srs. Deputados o aprovam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 07, sexta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

TRABALHOS DAS COMISSÕES TÉCNICAS.

Levanta-se a sessão.